



26668500



08020.011437/2023-47



Ministério da Justiça e Segurança Pública
Secretaria Nacional de Segurança Pública
Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social

Ata da 8ª Reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - CNSP

Aos onze dias do mês de dezembro de 2023, às 10h30min, no Auditório Tancredo Neves do Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2º andar, Edifício Sede, em Brasília - DF, teve início a Cerimônia de Abertura da 8ª Reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - CNSP. Compuseram a mesa: Flavio Dino, **Ministro da Justiça e Segurança Pública** e Presidente do Conselho; Ricardo Cappelli, **Secretário-Executivo do Ministério da Justiça e Segurança Pública** e Vice-presidente do Conselho; Tadeu Alencar, Secretário Nacional de Segurança Pública - **Senasp**; Raul Jungmann - **ex-Ministro da Segurança Pública** e ex-Deputado Federal, Rafael Velasco - Secretário Nacional de Políticas Penais - **Senappen**, Andrei Rodrigues - Diretor-Geral da Polícia Federal - **PF**, Antônio Fernando Oliveira - Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal - **PRF**, Augusto de Arruda Botelho - Secretário Nacional de Justiça - **Senajus**, Tamires Sampaio - Coordenadora do **Pronasci 2**. Após a execução do Hino Nacional foi realizada uma breve descrição do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - CNSP e dos objetivos do evento, a saber: a) empossar os novos conselheiros; b) apresentar as ações e projetos desenvolvidos pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública; e debater o processo de revisão e a minuta de atualização do Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Na sequência, a Sra. Ana Cecília Gonzalez, **Coordenadora-Geral de Estatística e Análise DGI/Senasp** apresentou o Painel Interativo de Dados Estatísticos da Segurança Pública, destacando informações sobre apreensão de drogas, de armas, e sobre pessoas desaparecidas. Essas informações fazem parte do rol de 28 categorias incluídas no novo Sinesp, e serão disponibilizadas em breve. Ressaltou que os dados são alimentados diretamente pelos profissionais de segurança pública

dos Estados, bem como pelas policiais federais (PF e PRF), gerando um maior grau de confiabilidade, eficiência e celeridade ao processo. O Painel inaugura também a disponibilização de informações sobre feminicídio e morte a esclarecer, configurando-se como um importante instrumento para análise e formulação de políticas públicas baseadas em evidências. O Secretário Tadeu Alencar, **Senasp**, destacou que este dia coroou o trabalho de todo ano de 2023, pautado na estruturação de políticas públicas. Cumprimentou a mesa e todos os conselheiros que tomaram posse, ressaltando o papel do CNSP de grande relevo, por abordar tema desafiador, com inquietações da sociedade. Destacou ainda que o CNSP é o locus onde devem ser debatidas as questões de segurança pública. E anunciou a revisão da minuta do PNSP, que entrará em consulta pública por 60 (sessenta) dias após a reinstalação do Conselho. Raul Jungmann, **ex- Ministro da Segurança Pública** e ex-Deputado Federal, saudou a todos. Destacou a importância da política pautada em evidências, reverenciando a retomada de algumas iniciativas, tais como: ações integradas; desburocratização; revogação dos Decretos de armas; pronta-resposta às facções e aos ataques nas escolas. Enfatizou que é preciso que ter coragem para enfrentar o sistema prisional no Brasil. Assim como a política sobre drogas. Ter disposição para avançar com as polícias, e enfrentar a questão da juventude. Em seguida, passou-se aos atos de assinatura da Portaria que institui a Rede Nacional de Recuperação de Ativos como programa de articulação institucional, e define as regras para adesão de integrantes e para parceiros, e da Portaria que designa os representantes do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Flavio Dino, **Ministro da Justiça e Segurança Pública**, destacou o elemento da continuidade na condução da política pública, independente de posição política, levando a diante a Lei 13.675. Registrou a necessidade de mudar a prioridade durante o ano, de acordo com as demandas que surgiram, mas mantendo a busca obsessiva pela integração entre instituições e Estados, a exemplo da GLO voltada a portos e aeroportos, que proporcionou um incremento de recursos humanos. Acerca da tríade, lançou a perspectiva: Conselho (fortalecer o Susp) - Fundo (preocupação com recursos empossados) - Plano (necessidade de revisão perante as mudanças da realidade). A importância do Pronasci no olhar e atendimento aos excluídos, invisibilizados, alterando o paradigma da segurança pública apenas com repressão. Por fim, enfatizou a liderança de mulheres na Senasp. Ministro precisou retirar-se e o **Senasp** deu sequência à reunião. Andrei Rodrigues, **Diretor-Geral da Polícia Federal** registrou que as diretrizes claras do Presidente da República e do Ministro, proporcionou uma atuação junto aos Estados, fortalecendo a integração nacional, trazendo melhores resultados não apenas para as temáticas específicas, mas para o enfrentamento ao crime organizado. Informou sobre a ampliação da estrutura da PF (Crimes Cibernéticos, Amazônia, Cooperação Internacional),

além de apresentar alguns resultados. Augusto de Arruda Botelho, **Secretário Nacional de Justiça** enfatizou as contribuições da Senajus com a pauta da segurança pública: Enccla, Recuperação de Ativos. A importância do CNSP, destacando a participação da sociedade civil. E, a construção de política pública com dados públicos, disponíveis. Antônio Fernando, **Diretor-Geral da Polícia Rodoviária Federal**, reforçou a importância do Conselho e da integração. Destacou a parceria PRF e PF, que alcançou excelentes resultados no ano de 2023. Rafael Velasco, **Secretário Nacional de Políticas Penais**, ressaltou o compromisso do Governo em fortalecer as políticas que visam garantir a segurança, combater o crime organizado, promover a reinserção, e contribuir para a integração e fortalecimento das instituições de segurança pública. Tamires Sampaio, **Coordenadora do Pronasci 2**, salientou que o Pronasci propõe pensar segurança a partir da transversalidade, oportunidades para periferias, juventude... 2023 foi um ano de reconstrução do programa, com prioridade na prevenção e transversalidade, promovendo a participação popular, e a escuta. Para o próximo ano, o foco estará nas políticas de prevenção. Na sequência o **Senasp** nominou os membros do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Passou aos informes sobre a retomada da reunião as 14h, nas salas modulares 3 e 4. Encerrando a primeira parte da reunião as 12h20min.

Reunião de Trabalho do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. Início: 14h15min.

O **Senasp** informou a pauta do período da tarde contendo a apresentação das sugestões para o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social - PNSP, realizada pela Isabel Seixas de Figueiredo, **Diretora do Sistema Único de Segurança Pública** juntamente com Márcio Mattos, **Coordenador-Geral do Sistema Único de Segurança Pública** Isabel Seixas de Figueiredo, **Diretora do Sistema Único de Segurança Pública** contextualizou o PNSP, a partir do decreto de criação em 2018. Registrou que já no ano seguinte houve um processo de revisão pela ausência de metas, acompanhado pela Controladoria-Geral da União - CGU, até que em 2021 foi publicado. Esse processo gerou um descompasso entre o PNSP em relação aos planos estaduais. Registrou que o Plano prevê uma reavaliação bianual, conforme a lei. Contudo, houve dificuldade interna sobre as metas que não foram pactuadas junto aos Estados. Para além dessa situação, o Supremo Tribunal Federal determinou ao Poder Executivo a inclusão do monitoramento e da avaliação dos indicadores referentes aos feminicídios e às mortes causadas por agentes de segurança pública no Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSP) para o período 2021-2030. Neste contexto, foi

realizado um trabalho interno com as Diretorias da Senasp, questionário com parceiros externos (Conselhos Concp, Condpc, CNCG) para coletar contribuições. Objetiva-se aprimorar e não substituir o plano existente. Como fios condutores: participação social; ancoragem em evidências; simplificação dos processos; organização por resultados. Parceria Sou da Paz, Igarapé e Fórum Brasileiro de Segurança Pública para elaboração da proposta de ajuste. Primeira minuta foi apresentada na reunião, tendo como próximos passos: a) validação interna; e b) consulta pública. Após a apresentação, foi franqueada a palavra aos participantes. Antes, o **Senasp** fez uma ponderação em relação ao prazo para validação interna 15.12.2024, sugerindo que ficasse para a semana seguinte, considerando ainda a necessidade de pactuar com os Estados, com os colegiados que reúnem as forças de segurança. A validação não apenas das metas, mas também acerca de temas que o Conselho ainda precisa firmar um posicionamento, como: crime organizado, Amazônia e prevenção. A Isabel Seixas de Figueiredo, **Diretora do Sistema Único de Segurança Pública** considerou possível deixar a validação interna para a próxima semana, contudo sobre consulta pública, destacou a decisão de se iniciar mesmo no período de final de ano e estender mais o prazo, sendo mais relevante abordar o conteúdo, do que as metas, propriamente. Estas devem ser discutidas com os Estados. Melina Ingrid Risso, **Instituto Igarapé**, parabenizou a Senasp pela consolidação das metas, fruto de uma discussão anterior que ainda tratou sobre ausências percebidas e como estas poderiam ser incluídas, além da importância de se trabalhar a integração, sem fazer uma sobreposição, considerando que muitas destas metas existem em outros planos de governo. Sobre a consulta, o eixo e a temática devem ser incluídos, quanto as metas, estas devem ser compactuadas, ainda pensando nos desdobramentos que sejam efetivamente factíveis. Os Estados têm esforços diferentes, pois possuem situações diferentes. Fez ainda considerações sobre as metas do sistema penitenciário em relação ao Plano Nacional de Segurança Pública. Carlos Alexandre Braga, **Conselho Nacional das Guardas Municipais** abordou um assunto que não estava ligado à consulta ou à pactuação das metas, das quais ele concorda, contudo solicitou que ficasse consignado em ata, e que fosse divulgada para todos do Conselho, a ADPF 995, onde o STF decidiu sobre as atribuições e a inclusão das Guardas Municipais no sistema de segurança pública (não no SUSP, onde já consta). Marcello Martinez Hipólito, **Conselheiro - Entidades de Profissionais de Segurança Pública** parabenizou pela reunião, retomada do diálogo. Ressaltou a grande expectativa acerca da sanção da Lei Orgânica da Polícia Militar, em especial pela atribuição da PM, uma espécie de manual de atuações primordialmente não criminais. Sobre das metas, estas não devem ser colocadas a consulta pública, mas sim pactuadas com os Estados. Frederico Leão Cesar Encarnação, **Defensoria Pública**, destacou como principal papel da Defensoria

no colegiado é em relação ao sistema prisional e aos direitos fundamentais, e humanos, assim, concordou sobre a necessidade de se consultar outros órgãos do sistema de justiça. Por fim, colocou à disposição às Defensorias Públicas do país. Rodolfo Queiroz Laterza (virtual), **Federação Nacional dos Delegados de Polícia Civil - FENDEPOI** (Associação de Delegados de Polícia do Brasil - ADEPOL DO BRASIL), frisou a importância de se focar na implementação das legislações nacionais, a exemplo da Lei do Susp e das Leis Orgânicas Nacionais (PC, PM e BM), considerando fundamental inserir no PNSP a implementação concreta destas leis. Ricardo Brisolla Balestreri, **Conselheiro - Notórios Conhecimentos**, congratulou a Senasp pela amplitude de diálogo com a sociedade civil a partir da retomada do CNSP. Reforçou sobre a importância da consulta pública sobre metas, mas não sobre a parte quantificável. Ressaltou que eventos desta natureza, reuniões de conselhos participativos, consultas públicas, só são possíveis graças a uma democracia liberal. Registrou uma dúvida, se estava confundindo meta com estratégia, pois sentiu falta de abordagem sobre a questão da circulação de armas de fogo, principalmente, armas longas. Destacou a necessidade de se retomar políticas, intensificá-las para retirar armas de fogo de circulação. Apontou a questão da segurança pública de fronteiras, com a necessidade de romper o paradigma de que a Polícia Federal tem condições para cuidar das fronteiras, importante pensar em parceria com os Estados. Isabel Seixas de Figueiredo, **Diretora do Sistema Único de Segurança Pública** respondeu que a questão das armas está inserido no indicador de processo, mas não de resultado. Pode ser pensado e tratado como um tema específico, é uma discussão pertinente. O **Senasp** informou que dentro do Enfoc - Programa Nacional de Enfrentamento das Organizações Criminosas, um dos eixos é portos, aeroportos, fronteiras e divisas. Já possui um detalhamento e estruturação em relação a este tema. Por se tratar de um dos temas que será firmado um posicionamento antes de submeter a minuta à consulta, será elaborado um texto sobre isso para o Conselho validar. Carolina de Mattos Ricardo, Instituto Sou da Paz - **Conselheira - Notórios Conhecimentos**, de acordo em enxugar as metas do sistema prisional no Plano. Sobre a questão de controle de armas, importante considerar os três temas que serão avaliados: crime organizado, Amazônia e prevenção. Ter como premissa um plano enxuto, mas orgânico. Embora não sejam objetivo da reunião, as leis orgânicas das polícias são um tema importante. Destacou a importância de se inserir nas duas leis um capítulo específico sobre a gestão e profissionalização do uso da força policial. Este é um tema que ainda que se tenha um modelo de Estado federativo, cabendo a estes a organização procedimental de suas estruturas de uso da força, é relevante discutir. Como política nacional é possível retomar, induzindo a elaboração de uma portaria interministerial. Propõe que essa seja uma prioridade no Conselho. Murilo Rodrigues

Cavalcanti, **Conselheiro - Notórios Conhecimentos**, abordou sobre a questão do estabelecimento de metas, propondo conversas com os Governadores, ressaltando que trata-se de um ponto temerário se não for pactuado. Outro ponto abordado foi sobre a proliferação de arma de fogo, a ação do crime "desorganizado" praticado com armas de baixo calibre. Para além do estímulo à entrega voluntária de armas, é preciso buscar novas ofensivas, uma estratégia, para retirar armas da mão de bandidos, a exemplo do que se tem na Colômbia com a recompensa para quem denunciar posse e porte de armas ilegal. Paulo José Reis de Azevedo Coutinho, **Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares**, ressaltou a essencialidade das polícias estaduais, que estas conhecem suas necessidades como instituições de Estado. Concordou sobre o tema das divisas e fronteiras, entendendo como uma questão relevante. Reforçou que a impunidade deve ser combatida, sendo importante contar com o apoio do parlamento. Outro ponto evidenciado foi a banalidade da violência e a teoria econômica do crime. É difícil e perigoso estabelecer metas, mas é fundamental considerar que existem temas que são específicos, e ter cuidado para não estabelecer algo que inatingível. Necessário ouvir as instituições responsáveis e por regiões. Por fim, sugeriu que seja exigido o cumprimento de metas por parte da Política Nacional de Segurança Pública, e ainda como sugestão, que estas possam contribuir na execução dos recursos. Roberto Gurgel de Oliveira Filho, **Conselho Nacional dos Chefes de Polícia**, parabenizou pela retomada do Conselho, ressaltando a importância de se conhecer um pouco de cada realidade para construção de algo coletivo. Políticas nas áreas de fronteira são incipientes. Trouxe o exemplo do Estado do Mato Grosso do Sul, que possui setenta e nove cidades, e em apenas seis há unidades da PF, uma discrepância entre ser a "porta de entrada" de drogas e armas no país e a capacidade de resposta do Estado. Concordou sobre a valorização das polícias estaduais. Citou rapidamente a proposta de implementação da Rota Bioceânica. Sugeriu que seja pensado um trabalho de médio a longo prazo na região de fronteira, conjuntamente com as forças estaduais. Temerário colocar metas ou números para consulta pública. E sobre as metas, perguntou se ainda era possível sugerir novas. Isabel Seixas de Figueiredo, **Diretora do Sistema Único de Segurança Pública** respondeu que sim, que a Senasp está tentando fechar a proposta, mas nada intransigente. Lembrou ainda que o Plano Nacional de Segurança Pública se desdobrará em planos de ação, que deverão ser discutidos e construídos pelos Estados. Roberto Gurgel de Oliveira Filho, **Conselho Nacional dos Chefes de Polícia**, acrescentou que foi cobrado a respeito de proteção e capacitação de profissionais de segurança pública. Ao final, considerou que ao Conselho, com sua diversidade, cabe analisar a legislação que envolve as instituições de segurança pública para dar as devidas respostas, efetivas. Mario Paiva do Nascimento (virtual), **Conselheiro -**

Sociedade Civil Organizada, observou a questão da falta de efetivo na fronteira molhada. Citou que a Guarda Portuária, integrante operacional do SUSP, ainda não está inserida efetivamente dentro das atividades de segurança pública. Conta com um efetivo de mil e cem homens, que acabam subaproveitados. Assim, reforçou o pedido sobre a inserção desta nas atividades de segurança pública para somar forças para combater o crime organizado, retirando-a do limbo jurídico. Solicitou auxílio ao Secretário e ao Conselho, para apoio à PEC que insere a Guarda Portuária no art. 144.

Fernando Ferreira de Anunciação, **Conselheiro - Agentes Penitenciários**, parabenizou o Secretário pela condução do Conselho e pelo apoio à Emenda Constitucional. Citou a proposta do Governo atual, da Lei Orgânica Nacional dos Policiais Penais. Destacou a necessidade de se conhecer o sistema penitenciário por dentro para falar sobre. Em relação a questão da fronteira seca, entende que é preciso ter um cuidado diferenciado e dividir a responsabilidade. Reforçou a questão da padronização da funcional dos profissionais do sistema penitenciário, que já vem sendo realizada.

Samira Bueno - **Conselheira - Notórios Conhecimentos**, destacou duas ações importantíssimas para a Política Nacional de Segurança Pública, tanto a revisão do Plano, como o lançamento dos dados do Sinesp. Ressaltou que é a favor da consulta pública, contudo é importante considerar temas que não estão aparecendo explicitamente no Plano, a exemplo da questão das minorias (racismo, LGBT, juventude...). Quando o documento for submetido, é preciso ter uma "vacina", que seja agregar a existência outras ações como o Pronasci.

Bruno Paes Manso, **Conselheiro - Notórios Conhecimentos**, parabenizou a qualidade do debate, das falas. Sinalizou que reduzir as taxas de homicídios representa atuar na raiz de uma série de problemas sociais, gerados pela criminalidade. Destacou como desafio a comunicação, no tocante ao Plano, tudo muito transversal, tendo como foco do diálogo os grupos que são mais afetados.

Murilo Rodrigues Cavalcanti, **Conselheiro - Notórios Conhecimentos**, apresentou uma questão de ordem, sugerindo que seja criado no âmbito do Conselho um grupo de trabalho para debater metodologias, estratégias de eficiência policial, controle de armas, trazendo experiência dos Estados.

Fábio Machado da Silva, (representando Dr. Andrei Rodrigues) **Polícia Federal**, registrou que a Polícia Federal trabalha muito pela intergração, está motivada com o Conselho e está empolgada com essa matéria interdisciplinar. Destacou a existência de dados desagregados por categorias, disponíveis para serem utilizados nas políticas públicas.

Fábio Henrique Maiurino (suplente) - **Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República**, sobre a abertura das delegacias de policias federais, registrou que é realizado estudo de viabilidade. Destacou que discussões de segurança pública deveriam ter mais envolvimento do sistema judiciário. Os órgãos têm deficiência de pessoal. Sugeriu que haja monitoramento, que

sejam criados mecanismos de vigilância para incrementar a segurança no país. Carolina de Mattos Ricardo, Instituto Sou da Paz - **Conselheira - Notórios Conhecimentos**, considerou que o Conselho é um espaço de discussão, e por esta razão a construção coletiva, entre profissionais de segurança pública e sociedade civil é tão importante. Ricardo Brisolla Balestreri, **Conselheiro - Notórios Conhecimentos**, esclareceu que sua fala teve a intenção de reconhecer o trabalho da Polícia Federal, e não de criticar. Que para atuação nas fronteiras é importante promover a integração, envolvendo a Polícia Militar, Polícia Civil, e Polícia Rodoviária Federal. Paulo José Reis de Azevedo Coutinho, **Conselho Nacional dos Comandantes-Gerais das Polícias Militares** salientou que a Lei Orgânica das Polícias Militares apresenta garantias e direitos destes profissionais, e por tal razão, diz respeito às polícias. Contudo, destacou que a sociedade civil deve somar esforços considerando a ousadia do crime, além de convocar o parlamento para a atuar no enfrentamento de circulação de armas. Reforçou a importância de se ter uma metodologia única do Plano Nacional de Segurança Pública para dar condições a todos os Estados. Roberto Gurgel de Oliveira Filho, **Conselho Nacional dos Chefes de Polícia**, registrou que utilizou como exemplo a quantidade de delegacias da Polícia Federal no Mato Grosso do Sul no sentido de evidenciar a necessidade de se fortalecer a instituição. Paulo Marcos de Farias (suplente) - **Conselho Nacional de Justiça**, destacou como sendo de suma importância que o Poder Judiciário colabore e converse com as instituições de segurança pública e defesa social. Registrou que no Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas - DMF, tem-se discutido sua atuação no controle dos grupos criminosos dentro dos presídios. Ressaltou ainda que está sendo realizado um levantamento sobre o processo do tribunal de juri no Brasil, de todos os processos que existem, e que o grande problema encontra-se na investigação. Primeiro, um problema dos dados (falta de padronização). Por fim, é sabido que a jurisprudência, dos tribunais superiores, vem influenciando e modificando a atividade policial. É importante enfrentar essa questão, até mesmo na formação dos policiais, estreitando a relação com o judiciário.

Intervalo: 16h24min

Retorno: 16h52min

Sem inscritos, o **Senasp** registrou o quanto se tem investido desde o início do ano de 2023 para os ampliar o escopo dos dados estatísticos produzidos pela Secretaria. De nove passou-se a vinte e oito, ampliando a quantidade de indicadores importantes que não eram medidos antes. Estes

dados são produzidos pelos Estados, e a Senasp buscou uniformizar os procedimentos, a partir da pactuação e da realização de encontros técnicos, a fim de que estes números representem um incremento importante nas políticas de segurança pública. Ainda há um caminho a ser percorrido, um dos aspectos é sobre as mortes a esclarecer, assim, como a conceituação de alguns temas, a resolutibilidade dos inquéritos policiais e outros. Ressaltou a credibilidade do validador de dados estatísticos, considerando inclusive a diminuição do tempo de disponibilização dos dados. Felipe Oscar Sampaio Gomes de Almeida, **Diretor de Gestão e Integração de Informações**, informou sobre a apresentação da nova ferramenta inaugurada pela manhã para registro e tratamento dos dados, o Validador de Dados Estatísticos (VDE). Com o VDE os dados são disponibilizados com um *delay* de 25 dias, o que antes era de quatro, cinco meses. Além disso, em um esforço coletivo, os Estados vem alimentando o sistema com informações de anos anteriores, o que possibilitará o lançamento de um mapa da segurança pública nacional em janeiro do próximo ano. A definição dos vinte e oito dados foi validada pelo Conselho do Sinesp. A ferramenta permite modificações e inclusões de novos dados, para tal se faz necessário conversar com os Estados, compreender as necessidades, debater e validar junto ao ConSinesp. Carlos Alexandre Braga, **Conselho Nacional das Guardas Municipais**, observou que o painel de dados apresentado não traz dados das Guardas Municipais. Apresentará um requerimento para que sejam incluídos, assim como que seja realizado um estudo sobre dados específicos dos planos municipais. Murilo Rodrigues Cavalcanti, **Conselheiro - Notórios Conhecimentos**, fez um apelo ao Conselho: de se despir das vaidades, construir e dar respostas para o país, deixar o corporativismo, olhar para frente, defender o direito à vida enfrentando a questão dos homicídios. Fábio Henrique Maiurino (suplente) - **Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República** pediu esclarecimento sobre a consolidação dos dados nos Estados. Felipe Oscar Sampaio Gomes de Almeida, **Diretor de Gestão e Integração de Informações** explicou que cada Estado tem um modelo, alguns estão sob a gestão direta do Secretário Estadual, outros da Polícia Civil, ou ainda de centros de estatísticas. Marcello Martinez Hipólito (Feneme), **Conselheiro - Entidades de Profissionais de Segurança Pública**, registrou que somente cinco estados tem os bancos de dados integrados. Ressaltou a importância dos dados para qualificar a investigação, e a questão da inteligência e acesso ao banco de dados, em especial nas áreas de fronteira. Isabel Seixas de Figueiredo, **Diretora do Sistema Único de Segurança Pública** salientou que há muitos anos tem-se trabalhado na construção de indicadores. Que atualmente é possível trabalhar com as estatísticas dos principais crimes, mas que se tem consciência da necessidade de produção de outros indicadores, e neste sentido, destacou outros meios para obtenção de informações como a

Pesquisa Perfil das Instituições de Segurança Pública. Esse também é um papel do Conselho, elencar coisas prioritárias para política. Michele Gonçalves dos Ramos, **Diretora de Ensino e Pesquisa**, ressaltou a importância da retomada das atividades do Conselho para o avanço de prioridades que tornem o país mais seguro. Romano José Carneiro da Cunha Costa, **Diretor de Operações Integradas e de Inteligência**, parabenizou ao Secretário por reviver o Conselho tão importante para se ter uma visão mais holística de todas as camadas do conhecimento tanto do mundo acadêmico como do mundo policial. Caso seja favorável a inserção do enfrentamento das organizações criminosas no Plano, se colocou à disposição para apresentação do Programa Nacional de Enfrentamento. O **Senasp** apresentou os encaminhamentos, destacados abaixo:

Encaminhamentos:

1. Metas não serão encaminhadas à consulta pública, posição predominante dos Conselheiros.
2. Temas para apresentar como uma complementação à minuta do Plano: acrescentar crime organizado, Amazônia e prevenção. Até o final da próxima semana, distribuir para o Conselho e abrir a consulta pública por 60 (sessenta) dias. Ao final, apresentar as sugestões recebidas e deliberar o que for possível para conclusão deste processo revisional.
3. Apresentar o ENFOC para o Conselho para contribuição de aprimoramento. Exercitar nossas diferenças, todos estão legitimados para fazer um bom debate, não há lugar mais adequado para isso. Por isso o CNSP é tão diverso, tão plural, que nos permite avançar nesse tema.

Nada mais havendo a declarar, às 17h30min o **Senasp** encerrou a 8ª Reunião do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social.

Registro fotográfico.



Documento assinado eletronicamente por **Mario Luiz Sarrubbo**, **Secretário(a)-Executivo(a) do Conselho Nacional de Segurança Pública e Defesa Social**, em 17/12/2024, às 19:42, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **26668500** e o código CRC **2F8733DE**
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site



<http://www.justica.gov.br/aceso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Referência: Processo nº 08020.011437/2023-47

SEI nº 26668500